

A PRIMEIRA ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL EM MINAS GERAIS¹

Irlen Antônio Gonçalves²

Kerley Raidan Ferreira³

Resumo: O objetivo deste texto é compreender como ocorreu o processo de criação da Escola de Serviço Social em Minas Gerais, na década de 1940. Abordaremos, especificamente, as primeiras iniciativas que demarcaram os interesses, as intencionalidades e, sobretudo, o que foi demandado pela realidade contextual da época para se criar uma escola de serviço social. Usaremos como fonte os documentos e os registros existentes nos acervos da biblioteca da PUC/MG e na Mitra Diocesana de Minas Gerais, tais como: atas, cadernos escolares, jornais, revistas, livros e fotografias. Usaremos, também, o atos normativos, como os decretos/leis 421, de 11 de maio de 1938, e 2.076, de 8 de março de 1940, que regulamentaram a criação e o funcionamento das Escolas de Serviço Social no Brasil. Para leitura das fontes, tomaremos como referencial teórico-metodológico a História das Instituições Educativas, notadamente com base nos trabalhos de Justino Pereira Magalhães (2005), Décio Gatti Júnior (2008) e Ester Buffa (2004), que auxiliarão na compreensão de como se deu o processo de criação da referida escola. Os resultados parciais indicam que a criação da escola, mesmo em clima de contradições, polêmicas e dificuldades, mostrou-se bem-sucedida, visíveis nas parcerias que se firmaram com várias instituições mineiras e na direção do atendimento aos interesses da Igreja Católica, junto aos seus programas disciplinares para imposição de condutas desejadas, sobretudo ao trabalhadores; condutas essas em que a Igreja Católica e o Serviço Social brasileiro vão fundamentar e formular objetivos político/sociais.

Palavras-chave: História das Instituições Educativas; Serviço Social; Igreja Católica; Legislação.

1 Este texto tem como objetivo apresentar os resultados parciais da pesquisa “A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA FORMAÇÃO ESCOLAR DO SERVIÇO SOCIAL EM MINAS GERAIS NA DÉCADA DE 40 DO SÉCULO XX”, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Tecnológica, do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG).

2 Doutor em Educação e Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação Tecnológica do CEFET-MG. E-mail: irlen@terra.com.br.

3 Mestranda do Programa de Pós-graduação em Educação Tecnológica (PPGET) – CEFET-MG. Email: kerley.raidan@gmail.com.

Introdução

O objetivo deste texto é compreender como ocorreu o processo de criação da Escola de Serviço Social em Minas Gerais, na década de 1940, com a especificidade de abordar as primeiras iniciativas que demarcaram os interesses, as intencionalidades e, especialmente, o que foi demandado pela realidade contextual da época para se criar uma escola de serviço social. As fontes utilizadas são os documentos e os registros existentes nos acervos da biblioteca da PUC/MG e na Mitra Diocesana de Minas Gerais, tais como: atas, cadernos escolares, jornais, revistas, livros e fotografias, que embasaram a investigação na sua concretude. Além destes, utilizamos também atos normativos, como os decretos/leis 421, de 11 de maio de 1938, e 2.076, de 8 de março de 1940, que regulamentaram a criação e o funcionamento das Escolas de Serviço Social no Brasil.

O referencial teórico-metodológico utilizado é o da História das Instituições Educativas, que entende que o processo de organização e o funcionamento de uma dada escola busca a sua construção identitária, os interesses, as intencionalidades e o que foi demandado pela realidade contextual da época, conforme as orientações de Justino Magalhães (2004):

Genericamente, historiar uma instituição é compreender e explicar os processos e os compromissos sociais como condição instituinte, de regularização e de manutenção normativa, analisando os comportamentos, representações e projetos dos sujeitos na relação com a realidade material e sociocultural de contexto. Conhecer o processo histórico de uma instituição educativa é analisar a genealogia de sua materialidade, organização, funcionamento, quadros imagético e projetivo, representações, tradição e memórias, práticas, envolvimento, apropriação. A dimensão material alarga-se das estruturas e dos meios ao processo, à participação e à construção educacional. Trata-se, portanto, de uma construção subjetiva que depende das circunstâncias históricas, das imagens e das representações dos sujeitos, e que é afetada por dados de natureza biográfica e grupal. A participação e o envolvimento integram o momento instituinte, o momento em que a ação se faz norma (MAGALHÃES, 2004, p. 58).

O interesse em criar a Escola de Serviço Social no Brasil ocorreu na década de 1930, por meio das damas paulistas, ligadas à ação da Igreja Católica. Trata-se de uma ação que surge com objetivos claros: dar respostas à questão social, que são: os desempregos, a falta de moradias, a fome, entre outras; e ao movimento operário e popular, no sentido de doutriná-lo.

Diante disso, o episcopado nacional, em busca de uma aproximação com o Estado brasileiro, procurou definir o lugar da Igreja Católica no Brasil. Assim, as ações católicas buscavam construir sentidos para uma pátria cristã – uma construção que teve sua base teórica firmada nos conceitos Doutrina Social da Igreja Católica (DSIC). Esse seguimento consistia, de forma indireta, em dar assistência às comunidades sofredoras, constituindo devotos que careceriam aliviar a miséria e, deste modo, doutriná-los por intervenção da caridade prestada por instituições mantidas pela Igreja Católica.

A partir do Papa Pio IX, emerge no âmbito da Igreja Católica um novo campo de atuação social denominado Ação Católica – AC, que se constituía em um movimento de leigos, com a participação do laicato no apostolado hierárquico da Igreja, e tinha como missão a divulgação das doutrinas da Igreja a partir da reforma social e dos documentos pontifícios. Para Pio IX (1905), o caráter e as condições da Ação Católica poderiam solucionar a questão social, além de procurar ampliar os seguidores e os disseminadores da fé cristã.

Devido a esses novos campos da Igreja Católica, em 1932, fora criado o Centro de Estudos e Ação Social – CEAS, surgido a partir da preocupação de um grupo de moças paulistas com a questão social brasileira. O CEAS era mantido com mensalidades das sócias e seguia a orientação da Igreja, como força social para mobilizar o laicato a partir das diretrizes das encíclicas papais *Rerum Novarum* (1891) e *Quadragesimo Anno* (1931), assumindo um posicionamento antiliberal e moral, legislação do trabalho e encíclicas, mantendo, ao mesmo tempo, atividades de estudo e de ação (LIMA, 1982).

Diante do aprimoramento dos estudos e das posteriores intervenções junto à sociedade, as brasileiras Maria Kiehl e Albertina Ramos foram enviadas pelo CEAS para a Escola de Serviço Social de Bruxelas. A intenção foi a de criar no Brasil uma Escola de Serviço Social. Os estudos eram voltados para adaptações às condições da vida social e às necessidades dos indivíduos. Nessa direção, o CEAS cria, simultaneamente, ainda em 1932, quatro centros operários, nos quais eram desenvolvidos trabalhos de ação social com as mulheres operárias. Mais tarde, esses centros se tornaram sedes da Juventude Operária Católica e serviriam como campos de estágio para as alunas do curso de serviço social (AGUIAR, 2011).

Os centros operários, segundo Iamamoto e Carvalho (2003), ofereciam vantagens para desenvolver os ensinamentos teóricos do curso de Serviço Social, e seriam o ponto de partida

para um desenvolvimento mais amplo, pois eram campos de observação e de prática para a trabalhadora social e para os núcleos de formação que agiam na massa operária. Eram também considerados centros de educação familiar, nos quais se procuravam estimular o trato pelas jovens operárias com o lar e o com o cumprimento de seus deveres. Essas vantagens de atuação das jovens Assistentes Sociais apresentavam, para essa época, um perfil para a mulher que, devido a sua natureza, tinha uma vocação natural para tarefas educativas e caridosas.

Nesses centros, cabia à mulher a preservação da ordem moral e social. Era peculiar, nesse período, um perfil para ser assistente social: ser mulher, pois se compreendia que a mulher era naturalmente paciente, cuidadora, sensível, amável e, por missão, já era educadora.

Em 15 de fevereiro de 1936, inaugura-se, em São Paulo, a primeira Escola de Serviço Social no país (AGUIAR, 2011). A criação desta Escola só foi possível devido ao Decreto-Lei nº 421, de 11 de maio de 1938, que regulava o funcionamento dos estabelecimentos de ensino superior, podendo assim dar legitimidade à criação de Escolas de Serviço Social. Diante da inauguração da escola, foi fundado o Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, criado em 1938, por meio do decreto/lei 525, de 1º de julho de 1938, com o objetivo de fixar as bases da organização do serviço social em todo o país. Salienta-se que a criação dessa escola serviu de incentivo para que outras fossem criadas, como ocorrerá em Belo Horizonte (MG), na década de 1940.

Na década de 1940, com o incentivo ao desenvolvimento industrial⁴, a população de Belo Horizonte começou a crescer, a partir do fluxo migratório do interior para a capital, ocasionando, desta forma, problemas sociais, como surgimento de bairros pobres, menores abandonados e de infraestruturas que necessitavam da atenção do poder público, de obras sociais da Igreja e das damas da sociedade belorizontinas. Problemas estes que impuseram ao Padre Aginaldo⁵, recém chegado à Belo Horizonte, pela iniciativa do arcebispo Dom Cabral,

⁴ Em 20 de março de 1941, o governador de Minas Gerais, Benedito Valadares, com apoio do prefeito de Belo Horizonte, Juscelino Kubitschek, assinou o Decreto 770, que instituiu o primeiro distrito industrial de Minas Gerais, que passou a denominar-se Cidade Industrial Juventino Dias. Para a criação da Cidade Industrial, o governo estadual desapropriou 770 hectares de área e promoveu o loteamento e o arruamento. Em 1941, as principais indústrias de Belo Horizonte concentravam-se principalmente na Zona Industrial do Barro Preto, localizada dentro da área urbana da capital mineira. Havia necessidade de transferir as fábricas para outro local distante das zonas residenciais e de comércio e serviços e onde houvesse possibilidade de instalação de fábricas maiores.

⁵ Sergipano, Padre Aginaldo era filho do maranhense Francisco Joaquim de Carvalho Leal e da sergipana de Maruí, dona Cesaltina Galvão Leal, filha de Raimundo Diniz de Valois Galvão. Fez as primeiras letras em São

para ser seu auxiliar, a obrigação e a vontade de solucioná-los, de acordo com a doutrina social da Igreja Católica. Na capital mineira, foi inicialmente secretário do prelado, trabalhando na Cúria Metropolitana de Belo Horizonte, e morava no palácio episcopal. Assumiu a capela do colégio Santa Maria, quando teve a oportunidade de travar relações com importantes famílias mineiras e com notórios homens públicos, como Milton Campos, Pedro Aleixo, Oscar Dias Correia, Levindo Lopes e outros.

Em 1935, o Arcebispo Dom Cabral fundou o jornal “O Diário” (1935-1937). As publicações do diário foram abordadas enquanto integrantes de um campo político, cuja atuação foi decisiva na construção de um poder autoritário no Brasil durante os anos 1930. As análises e as propostas veiculadas na imprensa católica da capital mineira teriam formado um conjunto articulado e homogêneo de ideias políticas que denominamos na pesquisa de conservadorismo católico. Cabe pontuar que a atuação política de tal jornal católico esteve profundamente ligada ao momento experimentado pela Igreja no período de busca pela reconstrução de sua relevância social. Foi neste contexto, usualmente conhecido como Restauração Católica, que os redatores do Jornal “O Diário” buscavam avaliar quais eram as demandas da sociedade sob a perspectiva da promoção da visão católica, tendo como colaborador o padre Agnaldo, que fazia também o apostolado da inteligência, com abertura às inovações litúrgicas – como a missa do *Diário*, à meia-noite, para os jornalistas e para os operários, na capela do jornal. Nesse período, Padre Agnaldo foi nomeado por Dom Cabral, vigário da paróquia de Santo Antônio e posterior vigário de uma das paróquias mais tradicionais de Belo Horizonte, a Paróquia São José.

A Escola de Serviço Social, em Belo Horizonte, era um propósito do Padre Agnaldo com a intenção de alavancar o pensamento cristão e solucionar problemas existentes de acordo com a segregação da sociedade da época em questão, como vilas operárias e as favelas advindas do fluxo migratório para a capital mineira. E para dar realidade a esse propósito, o Padre Agnaldo foi responsável por um trabalho longo, voltado para soluções de problemas que começavam a importunar a sociedade belorizontina nas décadas de 1930 e 1940.

Cristóvão, no colégio do professor Leão Magno. Aos 14 anos, ingressou no Seminário do Sagrado Coração de Jesus, em Aracaju, ordenando-se dez anos depois, em 1º de maio de 1927.

Por meio de obras sociais, o padre buscava ainda doutrinar a população assistida. Esta doutrina se baseava no movimento Ação Católica, com o objetivo de formar leigos para colaborar com a missão da Igreja: salvar as almas pela cristianização dos indivíduos, da família e da sociedade. Importa afirmar que o interesse pelo Serviço Social tem relação com o surgimento, no Brasil, da LBA (Legião Brasileira de Assistência), em 1942, cujo foco era o de promover a assistência social nacional. Além disso, de forma indireta, o Conselho Nacional de Serviço Social – CNSS⁶ se apoiou nesta instituição.

A Legião Brasileira de Assistência (LBA) tinha a missão de prover as necessidades das famílias, cujos chefes tenham sido mobilizados, e ainda prestar decidido concurso ao governo em tudo que se relaciona ao esforço de guerra. (IAMAMOTO & CARVALHO, 2003).

Para YAZBEK (2006), as funções do CNSS eram desempenhadas pela LBA. Assim, a diversidade de serviços sociais e educacionais prestados por essas instituições, relacionada às demandas de qualificação da força de trabalho e de sua reprodução física e espiritual, leva à incorporação institucional de contingentes de assistentes sociais. Estes passam a desenvolver ações educativas e normativas de ajustamento psicossocial dos trabalhadores, com o intuito de atender às novas necessidades relacionadas à integração de massas populacionais ao mercado de trabalho e à vida urbana. Por meio disso, o Conselho Nacional de Assistência Social, a pedido do Pe. Aguinaldo, apoiou-se nos fundamentos da LBA, o que permitiu, no segundo semestre de 1944, o encaminhamento de voluntárias mineiras, no intuito de estudar junto à Escola de Serviço Social de São Paulo.

Escolhidas pelo então Padre Aguinaldo, junto às Legionárias Visitadoras da LBA, que eram representadas pelas damas da sociedade belorizontina, e assim fundar, em Belo Horizonte, a Escola de Serviço Social. Foram enviadas quatro (4) mulheres, sendo três (3) professoras, disponibilizadas pela Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais, a saber: Lydia Carvalho do Espírito Santo, Haydee dos Reis Castro, Modesta Manoela Lopes e uma da LBA. Ressalta-se que essas mulheres deviam ter uma formação moral, que seria o princípio de onde emanava o poder de ascendência sobre as alunas e sobre os colaboradores, bem como à autoridade que as façam ser ouvidas e respeitadas dentro e fora do recinto da Escola.

⁶ Decreto-Lei nº 525, de 1º de Julho de 1938 “Institui o Conselho Nacional de Serviço Social e fixa as bases da organização do serviço social em todo o país”

Enquanto elas estudavam, o padre palestrava para os industriais e os comerciantes da época sobre a importância de se ter a escola em Minas Gerais. Ressalta-se que o Pe. Aguinaldo, em sua oratória, nessas palestras, induzia uma perfeita assimilação da ideia de como era benéfico o curso de Serviço Social para a capital mineira e buscava, conseqüentemente, a adesão à iniciativa ali proposta, afirmando que o progresso das cidades, como as indústrias e os comércios, foi tão rápido que não deu tempo para adaptação do lar; adaptação essa de acordo com os preceitos católicos, ou seja, famílias com pai, mãe, filhos, tendo a mãe responsável pelo lar, o pai como provedor e a igreja sendo sua base. Porém, a família brasileira foi levada à fábrica, numa transição sem ajuste de acordo com os preceitos católicos, não sabendo como afastar os perigos dessa nova condição de vida.

No primeiro momento, a Escola foi fundada em uma sala do Instituto de Educação, situada na rua Pernambuco, onde foi ministrado o curso para a Rede Mineira de Aviação, que necessitava de um grupo de auxiliares sociais para seus funcionários. A partir desse momento, Pe. Aguinaldo e suas colaboradoras buscaram por todos os meios concretizar o ideal de doutrinar, capacitar e diminuir as mazelas da sociedade da época, havendo como participantes pessoas da capital mineira, de Divinópolis, de Lavras, de Três Corações e de Ibiá.

Desta maneira, em busca de uma sede própria, em 17 de julho de 1946, instalou-se solenemente a Escola de Serviço Social de Minas Gerais (ESSMG), na Rua Bernardo Guimarães, 895, em prédio alugado, mediante ajuda da LBA, com seu mobiliário doado pela comunidade e pelo Instituto de Educação. Pontua-se que o prédio da Rua Bernardo Guimarães possuía as seguintes dependências: dois pequenos cômodos, funcionando como salas de aula, sala de entrada, como sala dos professores, copa, funcionando como secretaria, cozinha, como sala de lanche, barracão da zeladora, jardim de frente e amplo quintal arborizado. A Escola adquiriu móveis para a sala de entrada e matérias escolares para a secretaria.

Para matrícula, eram exigidos os seguintes documentos: certidão de nascimento, diploma ou atestado do curso secundário, referências de três pessoas idôneas, atestado médico, duas (2) fotografias (tamanho carteira), pagamento da taxa de matrícula e 1ª mensalidade. As aulas foram dadas no horário de 07h30min às 10h, com três aulas diárias e quinze semanais. A tarde de sábado foi reservada para visitas às obras.

Neste primeiro ano, foram matriculadas dezenove (19) alunas, conforme mostra o quadro abaixo:

Quadro 1 – Relatório anual: 1946-1954

	1ª série	
	Feminino	Masculino
Matriculados	19	-
Desistentes durante o ano	5	-
Apresentaram para os exames	14	-
Aprovados em primeira época	11	-
Com possibilidade de IIª época	3	-
Inscritos em IIª época	1	-
Aprovados em IIª época	1	-
Promovidos	12	-

Fonte: Escola de Serviço Social

A Escola de Serviço Social, estabelecimento de iniciativa particular, tomava sua concretude. Sobre esse fato, assim se expressava uma das fundadoras Modesta Manoela Lopes (Caderno de Relatório Anual do Curso de Serviço Social): “[...] Pe Aguinaldo Leal, numa verdadeira demonstração de seu espírito arrojado, tornou realidade o plano, marcando decisivamente aquele dia na vida da cidade”.

O programa da primeira turma constou de um semestre apenas. Foram introduzidas as disciplinas teóricas da seguinte forma, considerando o quadro a seguir:

Quadro 2 – Relatório anual: 1946-1954

Disciplina	Professor	Aulas semanais	Aula Previstas	Aulas Dadas	%
Introdução ao Serviço Social de Casos	D. Haydee de Reis Castro	3	51	60	100
Estatística	Dr. Mário Cunha	1	17	15	88
Sociologia	Pe. Antônio Augusto M. Cançado	2	34	37	100
Religião	Pe. Orlando Machado	2	34	25	75
Psicologia	D. Naytres Rezende	2	34	30	88
Noções de Direito	Dr. Carlos Horta Ferreira	2	34	25	70
Círculos de Formação	D. Modesta Manoela Lopes	1	17	20	10
Higiene	Dr. Lívio Renault	2	34	35	100

Fonte: Escola de Serviço Social

A prática do Serviço Social foi realizada na Vila Afonso Pena em benefício dos moradores. As alunas visitaram as famílias, para conhecer os seus problemas e executar o tratamento adequado baseado nos princípios do método de Serviço Social dos casos, dentro dos limites impostos pelas circunstâncias do momento. Vale dizer que a professora D. Haydée dos Reis Castro

organizou e acompanhou esse trabalho, supervisionando diretamente as alunas por intermédio de entrevistas individuais para o aperfeiçoamento do trabalho.

Se não tinha as condições ideais, pelo menos correspondia às necessidades do momento atual da Escola, que desenvolvia junto à primeira turma os programas de acordo com a Escola de Serviço Social de São Paulo, com algumas modificações feitas pelos professores.

Em 1947, não foi possível à escola funcionar na casa da rua Bernardo Guimarães, em virtude da ausência de espaço para duas classes, o primeiro e o segundo ano. Assim, foi adquirida uma casa na Rua Professor Antônio Aleixo, 350, onde se instituiu o “Instituto de Estudos e Ação Social”.

Por ter a Fundação Casa das Domésticas⁷ um papel importante para a Escola de Serviço Social, foi por meio dela que o Pe. Aguinaldo firmou um empréstimo que possibilitou a compra da casa na Rua Antônio Aleixo, sede própria da escola durante anos.

A segunda turma teve início em 28 de março de 1947, havendo como foco de atuação o trabalho comunitário. Com a mesma diretoria do ano anterior, o número total de alunos matriculados foram quarenta e dois (42), assim distribuídos consoante mostra o quadro a seguir:

Quadro 3 – Relatório anual: 1946-1954

	Iª série		IIª série	
	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino
Matriculados	23	6	13	-
Desistentes durante o ano	9	4	2	-
Apresentaram para os exames	15	2	11	-
Aprovados em primeira época	12	-	11	-
Com possibilidade de IIª época	22	-	-	-
Inscritos em IIª época	1	-	-	-
Aprovados em IIª época	1	-	-	-
Promovidos	13	-	11	-

Fonte: Escola de Serviço Social

As aulas da 1ª série foram dadas no horário de 7h30min às 11h, com quatro (4) aulas diárias, sendo o sábado reservado para visitas às obras. Já as aulas da 2ª série foram dadas, a maior parte, pela manhã, no horário de 7:30h às 11:00h, havendo duas aulas à noite, às terças e às

⁷ O projeto Casa das Domésticas, também foi fundado pelo Padre Aguinaldo, com o objetivo de agência de colocação, curso de alfabetização, curso de economia doméstica, curso de corte e costura, assistência médica e dentária, assistência espiritual e recreação. Firmou-se assim uma associação com fins lucrativos

quintas-feiras. Isso porque as alunas, funcionárias na sua maioria, não puderam estagiar no período da tarde, obrigadas a fazê-lo no período matinal. As visitas às obras foram feitas aos sábados.

Como no anterior, foi seguido, em linhas gerais, o programa da Escola de Serviço Social de São Paulo, para 1ª e 2ª séries, o que pode ser apreciado pela consulta dos programas arquivados, sendo os destaques encontrados no quadro abaixo:

Quadro 4 – Relatório anual: 1946-1954

Iª Série					
Professores	Disciplinas	Aulas Semanais	Aulas Previstas	Aulas Dadas	%
D. Modesta Manoela Lopes	Serviço Social – Introdução Serviço Social de Casos	6	144	153	100
	Círculos de Formação	1	24	16	66
Dr. Antônio A. Melo Cançalo	Sociologia	2	48	33	68
D. Maria Luiza Cunha	Psicologia	2	48	32	62
Dr. Alberto Deodato e Dr. Oscar Dias Correa	Noções de Direito	2	48	25	52
D. Haydee Dos Reis Castro e Dr. João Dias P. Gomes	Pesquisa Social e Estatística	2	48	29	60
Fr. Paulo Tellegen	Religião	1	24	17	70
	Moral	1	24	20	83
Dr. Lívio Renault	Higiene	2	48	40	83

Fonte: Escola de Serviço Social

A disciplina Noções de Direito foi um tanto prejudicado no ano referido, com a mudança de um professor para outro, do 1º ao 2º semestre. Vide quadro a seguir:

Quadro 5 – Relatório anual: 1946-1954

IIª Série						
Professores	Disciplinas	Semestre	Aulas Semanais	Aulas Previstas	Aulas Dadas	%
D. lydia Carvalho E. Santo	I	Serviço Social Médico e Círculo	4	48	52	100
Dr. Halley Alves Bessa	I	Higiene Mental	2	24	20	88
Dr. Paulo Roxo da Motta	I	Puericultura	2	24	15	62
D. Edith Novais Pinto	I	Socorros de urgência	1	12	11	91
Dr. Sebastião de Souza	I	Direito do Menor	1	12	10	83
D. Lydia Carvalho E. Santo	II	Serviço Social do Trabalho	5	60	66	100
Dr. Oscar Dias Correa	II	Direito Trabalho	2	24	19	79
D. Lydia Carvalho E. Santo	II	Serviço Social Grupo	4	48	45	93
D. Lydia Carvalho E. santo	II	Círculo	2	24	22	92
Dr. João Dias P. Gomes	II	Pesquisa Social e Estatística	2	48	32	66
Fr. Paulo Tellegen	I-II	Religião	1	24	20	88

Fr. Paulo Tellegen	I-II	Moral	1	24	19	79
--------------------	------	-------	---	----	----	----

Fonte: Escola de Serviço Social

As aulas de Puericultura, iniciadas em 29 de abril de 1947, tiveram, por este motivo, a porcentagem reduzida.

Nessa época, foram realizados inúmeros cursos de formação de auxiliares sociais, planejado e implantado o serviço social em diversas instituições: SESI, SESC, SENAI, LBA, Juizado de Menores, Prefeitura Municipal, entre outros.

Em relação à terceira turma, as aulas tiveram início em 15 de março de 1948, com uma missa celebrada pelo Pe. Aguinaldo, que, logo após, dirigiu palavras de incentivo aos sessenta e uma (61) alunas, assim distribuídos:

Quadro 6 – Relatório anual: 1946-1954

	Iª série		IIª série		IIIª série	
	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino
Matriculados	31	6	12	1	11	-
Repetentes	-	-	-	-	-	-
Desistentes durante o ano	11	3	1	1	-	-
Apresentaram para os exames	20	3	11	-	-	-
Aprovados em primeira época	17	3	8	-	11	-
Com possibilidade de IIª época	2	-	3	-	11	-
Inscritos em IIª época	2	-	3	-	-	-
Aprovados em IIª época	2	-	3	-	-	-
Promovidos	18	3	11	-	11	-

Fonte: Escola de Serviço Social

As aulas foram distribuídas nos seguintes horários:

- 1ª série: 7:30h às 11:00h, com quatro (4) aulas diárias, de segunda à sexta-feira;
- 2ª série: 7:30h às 11:00h, com quatro (4) aulas diárias, às segundas, às quartas e às sextas-feiras;
- 19:30h às 21:10h, duas (02) aulas diárias, às terças e quintas-feiras;
- Estágio: às terças e quintas pela manhã;
- 3ª série: 7:30h às 11:00h, quatro (04) aulas diárias, às segundas, às quartas e às sextas-feiras;
- 19:30h às 21:10h, duas (02) aulas às terças-feiras;
- Estágio: às terças e às quintas-feiras pela manhã;
- Visitas às obras: aos sábados.

Quanto às disciplinas da 3ª série, segue o quadro abaixo:

Quadro 7 – Relatório anual: 1946-1954

IIIª Série					
Professores	Disciplinas	Aulas Semanais	Aulas Previstas	Aulas Dadas	%
D. Lydia Carvalho E. Santo	Serviço Social para menores	3	36	36	100
D. Jacy Stela Vascomcelos	Pedagogia	2	24	17	71
D. Maria Luiza A. Cunha	Psicologia para Adolescentes	2	24	17	71
Fr. Paulo Tellegen	Teologia	1	12	10	83
Dr. Lívio Renault	Higiene do trabalho	1	12	5	41
D. Lydia Carvalho E. Santo	Círculos	1	12	15	100
D. Haydee dos Reis Castro	Organização Social da Comunidade	2	24	17	71

Fonte: Escola de Serviço Social

Forma ministradas, concomitantemente, às turmas da 2ª e 3ª séries, as disciplinas de Serviço Social de Menores e Círculos, de Psicologia do Adolescente e de Pedagogia. A partir de 1949, houve mais interesse para entrar na escola, como comprova a solicitação de matrículas. Diante deste fato, foi instituído, em 05 de março, um concurso de habilitação para o ingresso na instituição escolar. Esse concurso teve como critério, para aprovação, a aplicação de testes de nível mental, de composição e de interpretação de leitura.

As candidatas deveriam apresentar condições de vida compatíveis com as suas futuras atividades. Até certo ponto, as qualidades individuais revelavam o meio familiar e social no qual elas viviam, pois, segundo os preceitos da igreja, ninguém escapava completamente da influência do seu meio. A presença das qualidades acima descritas mostrava que as candidatas procediam de um ambiente favorável.

Em 1950, a escola passa por uma reformulação em seu corpo docente com o aproveitamento de alunas diplomadas pela própria instituição, voltando, outra vez, às manchetes dos jornais como “O Diário”: “E a Escola entra agora numa fase particularmente importante ao seu desenvolvimento. Ela começa a se fazer sentir em nosso meio, a ser compreendida, embora a total e autêntica compreensão de seus fins seja demorada e difícil a prestar serviços mais positivos.

Considerações Finais

Diante dos fatos descritos, pode se exemplificar o alcance da Escola junto a diversos órgãos mineiros, como; palestras ministradas no SENAI, onde D. Haydee dos Reis Castro orientou as atividades de quatro rapazes selecionados por concurso, em que foi ministrado um curso de noções básicas de Serviço Social com duração de quatro (4) meses. Junto Secretaria de Saúde e Assistência foi elaborado um plano de organização do Departamento Estadual da Criança, ao Serviço Social da Indústria, para atividades do SESI em Minas Gerais. Para a Associação Mineira de Proteção à Infância (AMPC) teve cursos intensivos para Auxiliares Sociais, com duração de quatro meses, e trinta alunos matriculados. Ao Governo do Estado foi organizado uma seção de Serviço Social no Palácio, para funcionários que necessitavam da intervenção do Serviço Social por meio de visitas e de entrevistas, além da colaboração para a polícia militar, com cursos para auxiliares de administração social, voltados para os seus integrantes.

Assim, é possível afirmar que a criação da escola, mesmo em clima de contradições, de polêmicas e de dificuldades, mostrou-se bem sucedida, firmando parcerias com várias instituições mineiras, na direção do atendimento aos interesses da Igreja Católica, junto aos seus programas disciplinares para imposição de condutas desejadas, sobretudo voltadas ao trabalhador; condutas essas em que a Igreja Católica e o Serviço Social brasileiro vão fundamentar e formular como objetivos político-sociais.

Referências Bibliográficas

AGUIAR, Antônio Geraldo de. **Serviço social e filosofia**: das origens a Araxá. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 421, de 11 de maio de 1938**. Regula o funcionamento dos estabelecimentos de ensino superior. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-421-11-maio-1938-350759-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 18 out. 2022.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 2.076, de 8 de março de 1940**. Modifica o Decreto-lei n. 421, de 11 de maio de 1938. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-2076-8-marco-1940-412116-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 18 out. 2022.

ACERVO DA BIBLIOTECA DA PUC/MG – Caderno de Relatório anual do curso de Servo Social – Relatório Anual – 1946-

FERNANDES, Rogério. Apresentação. *In: Tecendo Nexos: história das instituições educativas*. Bragança Paulista (SP): Editora Universitária São Francisco, 2004. p. 9-14

GATTI JR., Décio. A História das Instituições Educacionais: inovações paradigmáticas e temáticas. *In: ARAÚJO, José Carlos; GATTI JR., Décio (Orgs.). Novos Temas em História da Educação Brasileira: instituições escolares e educação na imprensa*. Campinas (SP): Autores Associados; Uberlândia (MG): EDUFU, 2002. p. 03-24

GATTI JR., Décio; PESSANHA, Eurize Caldas. História da Educação, Instituições e Cultura Escolar: conceitos, categorias e materiais históricos. *In: GATTI JR., Décio; INÁCIO FILHO, Geraldo (Orgs.). História da Educação em Perspectiva: ensino, pesquisa, produção e novas investigações*. Campinas (SP): Autores Associados; Uberlândia(MG): Editora da Universidade Federal de Uberlândia, 2005. p. 71-90

IAMAMOTTO, Marilda V.; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**. 15ª ed. São Paulo: Cortez, 2003.

MACIEL, H.H.M.; TEPEDINO, M.L.R.; CAMPELO, S.M.L. **LBA: Trajetória de uma Instituição no Contexto das Políticas Públicas**. [S.l: S.n], 2001.

MAGALHÃES, Justino. Um apontamento metodológico sobre a história das instituições educativas. *In: SOUSA, Cynthia Pereira de; CATANI, Denice Bárbara (Orgs.). Práticas Educativas, Culturas Escolares, Profissão Docente*. São Paulo: Escrituras Editora, 1998. p. 51-68

MAGALHÃES, Justino. Breve Apontamento para a História das Instituições Educativas. *In: SANFELICE, José Luís; SAVIANI, Dermeval; LOMBARDI, José Claudinei. História da Educação: perspectivas para um intercâmbio internacional*. Campinas: Autores Associados, 1999a. P 67-72

MAGALHÃES, Justino. Contributo para a História das Instituições Educativas: entre a memória e o arquivo. *In*: FERNANDES, Rogério; MAGALHÃES, Justino (Orgs.). **Para a História do Ensino Liceal em Portugal**: actas dos Colóquios do I Centenário da Reforma de Jaime Moniz (1894-1895). Porto: Universidade do Minho, 1999b. Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação.

MAGALHÃES, Justino. **Tecendo Nexos**: história das instituições educativas. Bragança Paulista (SP): Editora Universitária São Francisco, 2004.

YAZBEK, Maria Carmelita. A assistência social na prática profissional: história e perspectivas. *In*: **Serviço Social & Sociedade**, n. 85. São Paulo, Cortez, 2006.